

A. I. Nº - 130609.0019/10-9
AUTUADO - MASTER ELETRÔNICA DE BRINQUEDOS LTDA.
AUTUANTE - ANTÔNIO CORREIA DE ALMEIDA
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 26.05.2011

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0138-04/11

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Documentos juntados com a defesa comprovam o recolhimento dos valores exigidos. Infração elidida. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. ESTORNO DE DÉBITO. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Restou comprovado que a tipificação de multa não se coaduna com a descrição dos fatos gerando indeterminação quanto a ocorrência da infração. Infração nula. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 29/09/10, para exigir ICMS no valor de R\$3.721,68, acrescido da multa de 60%, além de multas por descumprimento de obrigações acessórias totalizando valor de R\$2.070,00 em razão das seguintes infrações:

1. Recolheu a menos o ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas para comercialização - R\$3.721,68.
2. Deixou de emitir notas fiscais correspondentes às operações realizadas (fevereiro, março e abril/07), sendo aplicada multa de R\$690,00 por cada mês totalizando R\$2.070,00.

O autuado na defesa apresentada (fls. 68/70) informa que ao trafegar pelo Posto Fiscal do Estado da Bahia teve seu caminhão submetido à fiscalização de praxe das mercadorias que transportava sendo emitidos DAEs pelo preposto fiscal conforme números e valores relacionados à fl. 69.

Afirma que promoveu os pagamentos relativos aos DAEs emitidos pela fiscalização, conforme cópias juntadas às fls. 84/97. Diz que o Auto de Infração configura uma ilegalidade flagrante, tendo em vista que as mercadorias objeto da autuação já foram devidamente tributadas e não há do que falar em recolhimento a menos.

Destaca que a empresa encontra-se descredenciada pela administração fazendária, motivo pelo qual efetua os pagamentos antecipados. Requer a improcedência da autuação.

O autuante presta informação fiscal (fl. 99), comenta os argumentos defensivos e afirma que a autuação está lastreada em planilhas e documentos juntados ao processo e “diante das provas pugna pela procedência do Auto uma vez que a argumentação padece de robustez fático-jurídica e de provas, posto que alude de forma vaga e imprecisa...” de que teve seu caminhão submetido à fiscalização e que foram efetuados os pagamentos por meio de DAEs emitidos.

Argumenta que o fato alegado “não tem o condão de comprovar o pagamento do tributo reclamado que, efetivamente, não ocorreu”. Requer a procedência da autuação.

VOTO

O Auto de Infração exige ICMS antecipação parcial recolhido a menos e aplica multas pela não emissão de documentos fiscais.

Com relação à infração 1, o autuado alegou que promoveu os pagamentos relativos aos DAEs emitidos pela fiscalização, inexistindo valores a recolher, o que foi contestado pelo autuante.

Pela análise dos elementos contidos no processo verifico que os DAEs juntados com a defesa comprovam que os valores ora exigidos foram recolhidos na sua totalidade conforme demonstrativo resumo abaixo.

Tomando como exemplo a ocorrência indicada pelo autuante de 25/02/07, o autuante relacionou as notas fiscais 25517, 25518 e 42169 com data de entrada em 23/01/07 e também as notas fiscais 25857, 25858 e 25859 com data de entrada em 06/02/07. Apurou valor a recolher de R\$2.201,40, deduziu ICMS recolhido de R\$1.604,65 e valor devido de R\$596,75.

O autuado juntou com a defesa à fl. 84 DAEs com recolhimento em 26/03/07 relativo às notas fiscais 25857, 25858 e 25859 (referência 02/2007) totalizando R\$1.551,15 e à fl. 85 referente às notas fiscais 25517, 25518 e 42169 (referência 01/2007) recolhido R\$650,24 mais acréscimos de R\$26,53 totalizando R\$676,71 em 26/03/07.

O mesmo procedimento ocorreu em relação aos meses de maio, junho e dezembro/07 conforme resumo abaixo. Portanto, os documentos juntados com a defesa comprovam que os valores exigidos já tinham sido recolhidos integralmente pelo impugnante antes do início da ação fiscal, o que elide na sua totalidade a infração 1. Infração improcedente.

Data Ocorr	Valor apurado pelo autuante	Fl.	Notas Fiscais	DAE juntado c/defesa	Fl	Diferença devida	Data do recolhimento
28/02/07	2.201,40	12	25517, 25518, 42169	650,24	84		26/03/07
Recolhido	1.604,65		25857, 25858, 25859	1.551,15	85		26/03/07
Diferença	596,75						
Total	2.201,40			2.227,92		0,01	
31/05/07	5.169,17	21	27569, 27570	3.562,27	88		25/05/07
Recolhido	3.922,59		27776, 27931, 43653, 28149	1.606,88	86		25/06/07
Diferença	1.246,58		28348, 28347, 24466				
Total	5.169,17			5.169,15		0,02	
30/06/07	3.567,27	33	28526.	360,32	22		25/07/07
Recolhido	3.207,00		28662, 29037, 43927, 43627	3.207,00	91		25/07/07
Diferença	360,27						28/02/07
Total	3.567,27			3.567,32		-0,05	28/02/07
31/12/07	8.865,12	40	33448, 33450, 45849	1.522,35	95		25/01/08
Recolhido	7.347,04		33799, 33800, 33804, 33805, 34, 83, 34084	7.347,04	95		25/01/08
Diferença	1.518,08		34086, 34223, 34434, 34435, 34445, 46201				28/02/07
Total	8.865,12			8.869,39		-4,27	28/02/07

Quanto à infração 2, observo que a acusação é que “deixou de emitir nota fiscal correspondente às operações realizadas”, tendo indicado na descrição dos fatos que deixou de emitir notas fiscais relativas à operação de estorno de débito escriturados nos meses de fevereiro, março e abril/07 com valores de R\$5.702,89; R\$9.654,09 e R\$42,52.

Constato que às fls. 57, 59 e 61 foram juntadas cópias do livro de Registro de Apuração do ICMS (RAICMS) nas quais foram efetivados os lançamentos de “Estorno de Débitos” conforme discriminados relativos a operações de transferências das lojas 52, 42 e 36.

Verifico que os dispositivos indicados no enquadramento da infração (artigos 201, I e 218, I, II, e

III do RICMS/BA tratam de emissão de documentos fiscais e a multa aplicada tipificada no art. 42, XIV-A, “a” da Lei nº 7.014/96 estabelece:

XIV-A - R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), aos estabelecimentos comerciais:

a) que forem identificados realizando operações sem a emissão da documentação fiscal correspondente;

Pelo exposto, concluo que a multa aplicada trata de situações em que estabelecimentos comerciais sejam identificados realizando operações sem a emissão da documentação fiscal correspondente. Esta previsão remete para aplicação da multa quando a fiscalização flagrar prática de operações sem que o contribuinte emita o documento fiscal e embora não tenha ficado muito claro os motivos dos lançamentos de estornos de débito escriturados no livro RAICMS conforme cópias juntadas às fls. 57, 59 e 61, a multa tipificada não se coaduna com a descrição dos fatos.

Por isso, declaro nula esta infração por não conter elementos suficientes para se determinar, com segurança, a infração e o infrator nos termos do art. 18, IV, “a” do RPAF/BA.

Caso fique configurado que houve utilização indevida de crédito fiscal decorrente da escrituração dos estornos de débitos escriturados pelo estabelecimento autuado, recomendo que a autoridade fazendária mande renovar o procedimento fiscal para exigir o imposto devido.

Por tudo acima exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **130609.0019/10-9** lavrado contra **MASTER ELETRÔNICA DE BRINQUEDOS LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de maio de 2011.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

JORGE INÁCIO DE AQUINO – JULGADOR

PAULO DANILO REIS LOPES - JULGADOR